FÉ E POLÍTICA NO BRASIL DE HOJE

Francisco Catão

Introdução

Difícilmente se pode exagerar a importância da conjuntura política em que vive o país. Fim do regime militar. Constituição. Eleições diretas para Presidente da República. Transição democrática disfarçada, em que a classe dominante nada quer ceder de seus privilégios e de suas oportunidades multiplicadas de enriquecimento. Uma inflação que corrói a cada dia o poder aquisitivo dos assalariados. Miséria crescente, analfabetismo e fome. Desajustamento da economia diagnosticado como resultado do desgoverno, da crise política, da corrupção.

Qual o papel da Igreja nessa conjuntura? Contentar-se em apontar as exigências éticas a serem respeitadas nas transformações sociais? Aliar-se aos poderes constituídos para garantir os princípios de uma ordem social que, pelo menos, guarde respeito para com a religião? Empenhar-se decisivamente nas transformações sociais, suscitando, alimentando e até liderando movimentos de reivindicação social e política?

Nenhuma dessas atitudes se impõe, nem na prática, nem em teoria. Mais do que tomar partido, é preciso fazer um esforço de compreensão, procurando entender o que realmente está acontecendo com a Igreja no Brasil.

Quem sabe, uma nova perspectiva possa nos unir a todos e favorecer o surgimento de uma sociedade mais justa e mais humana, pela qual todos aspiramos?

Partimos do Concílio do Vaticano II, que representou sem dúvida um marco, na abertura de novos caminhos. Sua repercussão na Igreja do Brasil foi imensa, como o reconhecem hoje os cristãos do mundo inteiro. Não é possível compreender o que está acontecendo na Igreja do Brasil sem levar em conta o Concílio

Coincide em data, com o Concílio, o fechamento do regime militar, instalado em 1964, que desempenhou papel fundamental na evolução política da Igreja no Brasil. Se encararmos positivamente esta evolução, devemos em parte agradecer aos militares! A violência contra o povo, as torturas, as violações diariamente perpetradas contra os direitos mais rudimentares das pessoas contribuiu inegavelmente para um

novo posicionamento da Igreja: ela teve de romper com a classe dominante, para não pactuar formalmente com a injustiça e pecar por omissão.

As circunstâncias históricas favoreceram assim o surgimento da Igreja dos pobres, que a renovação eclesiológica operada pelo Concílio poria em evidência, reconhecendo-lhe um papel novo e determinante na relação com o mundo. Atribuía-se agora à Igreja, como comunidade dos cristãos, a função de manifestar pelo testemunho da vida e pela assunção dos valores característicos do mundo de hoje, a salvação presente na História, tornando-se fermento de uma nova sociedade.

Tratava-se de uma verdadeira redefinição do papel dos cristãos na política, sobretudo na América Latina, em que a luta secular pela libertação assumia um novo rumo, tendo os cristãos empunhado-lhe a bandeira.

Considerando a Igreja a comunidade dos cristãos, o Concílio a abria para a liberdade, que é um valor fundamental do mundo moderno e um objetivo maior das populações latino-americanas na atual conjuntura histórica. Será que não nos podemos todos unir na luta pela liberdade? Há sempre uma esperança, pois o Espírito é liberdade. Mais do que um ideal abstrato, a liberdade é uma prática. Seus contornos concretos são nítidos e precisos: É um programa político e uma proposta cristã.

Fé e liberdade. O binômio implicaria incompatibilidade, como muitos ainda temem? São de fato indissociáveis: Não há fé sem liberdade. Seríamos capazes de mostrar, prática e teoricamente, que a fé é condição de uma liberdade ainda maior?

1. A Igreja dos pobres

A nota característica da renovação da Igreja latino-americana é a "opção pelos pobres". Num continente em que a grande maioria da população vive na pobreza, a Igreja não pode ser senão uma Igreja de pobres, tanto mais que os pobres, à luz das Escrituras, aparecem como portadores das promessas messiânicas. O próprio Filho de Deus quis, como homem, fazer parte da comunidade dos pobres, desde o nascimento, no presépio, até a morte, na cruz.

Os cristãos latino-americanos tomamos consciência de que somos chamados a nos colocarmos ao lado dos pobres, que são a maioria do continente, refazendo a vida de Jesus e nos deixando penetrar pelo Espírito que inspirou Maria em sua grande ação de graças, quando se viu reconhecida como Mãe do Salvador.

A Igreja dos pobres é antes de tudo uma condição histórica, uma prática, que afeta o modo de viver do homem em todos os seus aspec-

tos, psicológica, social e economicamente, e cujo significado é descoberto pela fé, que perscruta os horizontes da tradição bíblica e espiritual da Igreja. Essa prática, ditada pelo Concílio e estimulada pelas condições sócio-econômicas das populações latino-americanas, põe, ao mesmo tempo, vigorosamente em questão as bases da eclesiologia corrente, que vê a Igreja, sobretudo, como uma organização pastoral ou religiosa, uma hierarquia.

A Igreja dos pobres, na realidade, desloca o centro do mistério eclesial do poder de santificar, ensinar e governar para a prática cotidiana da comunidade no Espírito. A Igreja deixa de ser primordialmente a depositária dos poderes de Jesus Cristo, para se tornar, antes de tudo, a continuadora de Jesus, a comunidade que vive reconhecidamente de seu Espírito.

Vem assim à tona uma eclesiologia mais antiga, deixada em surdina há muitos séculos, que vê a Igreja como a comunidade dos fiéis. Essa comunidade, que constitui a realidade da Igreja, é por certo dotada de um ministério, com o poder de renovar até o fim dos séculos o memorial da Páscoa do Senhor, pregar o Evangelho e conduzir os homens à fidelidade à Palavra. O bispo, os sacerdotes e seus auxiliares, todos que exercem função na Igreja, têm poder na comunidade e em função da comunidade, são ministros. Nessa perspectiva, a Igreja deixa de ser a organização sagrada. Presidida por um hierarca, a que todos nos devemos submeter, para se tornar a comunidade, servida pelos sucessores dos apóstolos e seus auxiliares.

Essa reversão de caráter teológico e a mudança sociológica operada pela Igreja dos pobres, determinam um questionamento profundo da sociedade eclesial. Não é à toa que se tem tido alguma dificuldade em assimilar a mudança! Como integrar, dentro de uma visão e sobretudo de uma prática coerente do mistério da Igreja, a comunidade animada pelo Espírito, centrada na caridade, e a organização religiosa e pastoral, baseada no poder de santificar, ensinar e governar? Que está em função de quê? Que é mais importante? Que serve a quê?

Assim colocadas, essas questões, depois do Concílio, têm uma resposta óbvia: a caridade é mais importante do que o poder o qual, na Igreja, deveria estar a serviço da caridade.

Porém, as coisas não são tão simples. Independentemente das intenções e até das declarações das pessoas que desempenham função na Igreja, histórica e sociologicamente a sociedade eclesial constituiu-se, cristalizou-se e continua sendo uma estrutura de poder. Atualmente, no plano mundial, por circunstâncias que não são difíceis de compreender, reforça-se cada vez mais esta estrutura de poder, centralizada nas mãos do Papa, que reivindica um poder religioso sobre os homens do mundo

inteiro e procura fazer com que sua autoridade espiritual se imponha a todos.

Em contraposição, bispos, padres, religiosos e religiosas que se deixaram compenetrar pelas propostas conciliares de uma Igreja povo, centrada na caridade, levando a sério a opção pelos pobres feita em Medellín e em Puebla, se empenham numa reformulação pastoral, que acaba contrastando com a orientação política da Igreja poder. A Igreja dos pobres dá assim origem a um contraste de autoridades, de teologias e de orientações pastorais. Cria-se dentro da própria organização eclesiástica uma zona de conflito, que hoje não é mais segredo para ninguém: de um lado, uma Igreja centrada no poder, que se reclama da instiuição sagrada, do outro, uma Igreja baseada no povo que, na prática, procura se legitimar a partir do povo.

Assim entendida, a Igreja popular seria a organização religiosa e pastoral baseada no povo, para promover os interesses do povo, em contraposição simétrica com a Igreja tradicional, baseada no poder, promotora, em última análise, dos interesses da classe dominante. Pode-se até admitir que a Igreja popular, nesse sentido, tenha suas origens na conversão aos pobres. Aconteceu, porém, que esta conversão foi parcial, ficou a meio caminho. A conversão aos pobres exige a renúncia ao poder e o abandono da mentalidade eclesiástica. Boa parte dos que se comprometeram com o povo oprimido e injustiçado, não chegaram a se converter totalmente.

Muitos continuam a exercer o seu poder despertando o povo para a reivindicação de seus direitos. Acreditam estar assim correspondendo ao apelo essencial de Jesus Cristo e fazendo eco à grande promessa bíblica do anúncio da boa nova aos pobres. É importante não reduzir a Igreja dos pobres a essa luta, para não pôr em risco um dos frutos mais promissores do Concílio na América Latina: as comunidades cristãs plantadas em meio ao povo.

O importante para aqueles que sentiram no fundo de sua consciência cristã o apelo dos pobres, — *misereor super turbam* — é saber que precisam levar até o fim a sua conversão e renunciar ao uso do poder, tornando-se integralmente membros de uma comunidade de pobres e deixando que aos poucos venham surgindo novas formas no exercício de seu ministério.

Há um único caminho para viver a Igreja dos pobres: a conversão total, a colocação do poder em segundo plano, em benefício da fidelidade ao Espírito e à caridade, que somente deve inspirar a prática pastoral. A Igreja dos pobres aparece assim como um ideal a ser perseguido, um objetivo, que certamente não será jamais alcançado pelos caminhos do poder, mas virá como uma graça para as comunidades que colocam o

serviço do próximo no centro de sua vida.

2. A Igreja no mundo

O recentramento da Igreja em torno da comunidade fiel ao Espírito, na prática da caridade, poderia dar lugar a um espiritualismo desencarnado e dualista, desconhecedor da profunda transformação que a mensagem evangélica é chamada a trazer para o mundo. A vida cristã não pode ser entendida a não ser quando se leva em consideração a missão dos cristãos no mundo. Não foi por acaso que, depois de ter operado o recentramento da Igreja, o Concílio foi levado a elaborar a Constituição Pastoral da Igreja no mundo de hoje, talvez o mais importante documento por ele publicado.

Passados vinte e cinco anos, a interpretação dos documentos conciliares não parece ter sublinhado com bastante ênfase a modificação sofrida no que se entendia por Igreja. Ao colocar a questão da Igreja no mundo, o Concílio busca de fato resposta à seguinte pergunta: que papel o povo cristão, a Igreja, é chamada a desempenhar no mundo de hoje?

A resposta supõe a doutrina da universalidade da salvação justamente valorizada no Concílio: Jesus Cristo salvou todos os homens, de todas as épocas, de todas as latitudes, de todas as culturas. Qual novo Adão, é o salvador de toda a humanidade. Na perspectiva do discurso escatológico de Mateus, Jesus Cristo, o Salvador, está próximo de todos os homens que praticam a justiça e a caridade para com o próximo. Através do socorro aos necessitados e do serviço dos humildes é que o homem, todos os homens, acedemos à salvação. Isso vale para cristãos e não-cristãos independentemente do conhecimento de Jesus Cristo no tempo presente e será a grande revelação da Escatologia.

Poderíamos nesse sentido falar de uma "Igreja sem fronteiras", definindo a Igreja como a comunidade da caridade, iniciada no tempo, mas aperfeiçoada somente na eternidade, onde só a caridade permanece. Mas é mais conforme ao realismo, atendendo à expressão histórica da Igreja, dizer que a Salvação, realidade escatológica por excelência, está presente no mundo, na História, em mistério, isto é, de maneira escondida e indiscernível, através da prática da justiça e da caridade. A salvação é o fruto da boa semente, inextricavelmente misturada ao joio, semeado pelo pecado.

Surge então, nesse contexto, o conceito teológico de mundo, com toda sua ambigüidade. Mundo é o universo dos homens, sua vida, seus valores, suas instituições, sua cultura. Esse mundo é, ao mesmo tempo, salvo por Jesus Cristo, e habitado pelo pecado, pela injustiça, pelo desrespeito e o aviltamento do homem. A "separação" só se fará na escato-

logia. Por enquanto, na História, devemos conviver com a inextricável mistura, com a ambigüidade, que afeta a *todas* as realidades temporais, das mais comezinhas às mais sagradas e, portanto, também as realidades pastorais, religiosas e eclesiais.

A Igreja está no mundo. Dele faz parte enquanto é uma realidade histórica, formada por um certo número de homens. Fundada por Jesus Cristo, em Jerusalém, a partir dos doze apóstolos, difundiu-se razoavelmente no Mediterrâneo, na Europa e adjacências. Formou-se o que denominamos a cristandade. A partir daí, o crescimento da Igreja ficou vinculado à expansão da civilização ocidental, cuja universalidade é hoje, mais do que nunca talvez, inteiramente indefensável. A própria Igreja Católica, universal por vocação, tem vivido ultimamente numa grande tensão missionária entre a expansão da "cultura cristã" e a cristianização das muitas outras culturas existentes no mundo.

Qual é então o papel dessa Igreja histórica, que o Concílio entende como sendo a comunidade dos fiéis, face ao mundo? Não pode ser, evidentemente, o de salvar o mundo, que está salvo por Jesus Cristo. Também não é o de salvar-se do mundo, pois em virtude de sua condição histórica está no mundo, dele faz parte e tem uma missão a cumprir junto aos homens. O papel da Igreja no mundo, responde o Concílio, é de ser sacramento da salvação universal, como já o lembrara a Constituição Dogmática sobre a Igreja.

O sacramento, segundo o vocabulário teológico corrente, é sinal e instrumento, causa eficaz da graça por ele significada. Analogamente o Concílio ensina que a Igreja, a comunidade dos cristãos reunidos na fé em Jesus Cristo, morto e ressuscitado, é sinal da Salvação na História e fermento de justiça e de amor. Através da fidelidade ao Espírito, na prática da justiça e da caridade, os cristãos acabam sendo transformadores da vida dos homens no mundo, contribuindo eficazmente para a construção de uma sociedade mais humana e mais justa.

3. Os cristãos e a política

A presença dos cristãos no mundo não pode deixar de ter uma repercussão política: há de se refletir na forma de entender e de construir o mundo, tal como achamos que deva ser. A "opção preferencial pelos pobres" e o despertar pastoral da Igreja latino-americana o demonstrou claramente. A comunidade cristã tem hoje, entre nós, grande peso político.

Não que antigamente a Igreja não fizesse política, mas a organização religiosa procurava, através de seus chefes, situar-se favoravelmente em relação ao Estado; cuidava da preservação da fé, da prática dos bons

costumes e, acima de tudo, do respeito à religião. A atividade política propriamente dita, a construção da cidade temporal, era tida como um domínio autônomo, em que a fé não tinha muito a dizer.

Mas na verdade a Igreja alimentava a idéia de que, como todo poder vem de Deus, a autoridade delegada da Igreja incluía o poder temporal, que era deixado aos Estados. Essa supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal constituiu uma das características, bem assim como um dos maiores problemas políticos da cristandade. Teologicamente trata-se de uma supremacia discutível, a que é preciso hoje renunciar.

Evidentemente, não se contesta o poder da Igreja. A comunidade cristã de fato, segundo o Novo Testamento, conta com uma estrutura de serviço, baseada na instituição divina, que lhe garante a continuidade com o ministério apostólico. Os sucessores dos apóstolos têm, na comunidade, o poder de santificar, de ensinar e de governar. Mas é importante ressaltar que o exercício desse poder, só é legítimo quando respeitadas duas condições básicas: que seja reconhecido, na fé, pelas pessoas sobre as quais se exerce e que seu exercício seja praticado num contexto social de serviço, por ser ele um ministério.

No seio da cristandade, por definição, havia o reconhecimento deste poder, pois o mundo era dado como cristão. Podia-se então defender a legitimidade do exercício do poder da Igreja na esfera política, sujeitando as instituições e os organismos públicos aos interesses da fé, que integravam o bem-comum público. Criticava-se a forma como esse poder era exercido, muito distante das exigências evangélicas de serviço. Mas não se lhe contestava a legitimidade.

Hoje, porém, a realidade do mundo é outra. Não nos é mais permitido pensar que vivemos em regime de cristandade, que o mundo é cristão. A autoridade espiritual efetiva da Igreja não é mais reconhecida. O Papa é um chefe religioso como tantos outros, um líder espiritual. Na falta do reconhecimento público, a autoridade da Igreja não se exerce mais legitimamente sobre o mundo. Querer mantê-la, além de muito discutível do ponto de vista teológico, é um abuso de poder e um erro pastoral. Tudo isso pela simples razão de que Jesus Cristo não quis ser reconhecido pelo seu poder, não quis se impor a ninguém. Cristão algum ousaria jamais contestar o poder espiritual de Jesus Cristo, mas Ele quis ser reconhecido pela prática da verdade, da justiça e da caridade. Veio para dar testemunho da verdade. Como Jesus Cristo, também a Igreja não pode querer se impor ao mundo como estrutura de poder. Face a um mundo que não é cristão, que não reconhece a autoridade dos sucessores dos apóstolos, a Igreja só tem o direito, e a obrigação, de se manifestar através do testemunho da justiça e da caridade.

De acordo com esses princípios somos chamados a atuar na política. A relação da Igreja, comunidade dos cristãos, com a política, deixa de ter como base a autoridade da Igreja, para se fundar nas exigências da justiça e da caridade. A política, através da qual o homem se organiza e se empenha na transformação do mundo, buscando a eficácia e o poder em vista da construção de uma sociedade mais justa e mais humana, é sem dúvida alguma, uma forma superior do exercício da caridade. Nem o cristão, nem a comunidade cristã, sob pena de violar o próprio sentido de sua vocação no mundo, como sacramento da salvação universal, podem deixar de se interessar pela política. A Igreja deve pesar politicamente mas não pelo poder que se arroga, senão pelo empenho na luta pela justiça.

Assim colocada, a questão da relação entre os cristãos e a política permite evitar dois inconvenientes, que nem sempre estão ausentes da prática atual das comunidades cristãs. Por um lado recorre-se com frequência, pelo menos no discurso pastoral, à autoridade da Igreja, para sustentar a luta pela justiça. É um resquício de cristandade, poluindo a opção pelos pobres, que, como vimos, é um caminho espiritual de presença no mundo, que requer a renúncia ao poder.

Por outro lado, afirmando-se que a Igreja deve pesar politicamente pelo empenho na luta pela justiça, afasta-se a idéia, no fundo pouco elaborada, de que a mensagem cristã contenha um determinado modelo de sociedade. Afirmá-lo seria uma forma velada de dar continuidade à problemática da cristandade: a Igreja teria o poder de ensinar como deve a sociedade ser construída politicamente, para uns, num sentido integrista, conservador, para outros, num sentido progressista, revolucionário. Não é essa a missão da Igreja, cuja função é descortinar para os cristãos, na fé, a Salvação de Cristo, presente e ativa na luta pela construção de uma sociedade mais humana.

Parece pouco, mas já é enorme. O papel dos cristãos na política pode ser entendido através do modelo profético. O cristão perscruta os tempos e as Escrituras e procura descobrir o eixo através do qual, anunciando a salvação no mundo, a Igreja esteja de fato anunciando um caminho que possa ser proposto aos homens de hoje como via de solução para os problemas políticos, sociais, culturais ou econômicos que enfrentamos. Esse caminho nos parece ser, no Brasil de hoje, a via real da liberdade, a libertação.

4. A libertação

O gesto profético veio da América Latina. No momento em que a Igreja universal precisava encontrar um novo enfoque, que viesse a se

tornar a linha mestra e o eixo de sustentação de sua ação no mundo, a proposta mais consistente veio do nosso continente. Partindo da condição de pobreza aqui reinante e da descoberta do alcance da Igreja dos pobres na manifestação dos desígnios de Deus em toda a História da Salvação, alguns teólogos latino-americanos propuseram, imediatamente após o término do Concílio, orientar toda a ação da Igreja no mundo na perspectiva da libertação.

Nessa perspectiva, nasce a Teologia da Libertação, abrangendo, num esforço global de reflexão teológica, a totalidade da Revelação, da Pregação da Igreja e da Pastoral, repensadas à luz da ação libertadora de Deus e de Jesus Cristo, manifestada pela ação da Igreja, que é como que o seu sacramento.

A condição de pobreza do continente latino-americano, diagnosticada como fruto da opressão e da injustiça, que permanecem até hoje através do sistema de dominação dos povos ricos, levou os teólogos da libertação e grande parte dos responsáveis na Igreja, a se empenharem na luta concreta contra a injustiça e a dominação, em atitudes, gestos e movimentos de grande significação política.

Entre nós, com o regime militar, verificou-se uma verdadeira mudança de perspectiva na ação da Igreja: rompia-se a aliança com as classes dominantes ao mesmo tempo que se ia assumindo a liderança dos movimentos libertadores.

Durante séculos a Igreja pactuara com os conquistadores e com os colonizadores, situando-se tradicionalmente do lado das classes dominantes, marcando com particular vigor sua origem européia. Aos poucos, vê-se chamada a lutar ao lado dos conquistados e dos colonizados, a pensar sua ação pastoral e a se pensar como solidária com o povo injustiçado e dominado. A Teologia da Libertação tornou-se o cadinho do questionamento, da conversão e da renovação da Igreja.

O gesto é verdadeiramente profético: visão de uma comunidade de pobres, vivendo do Espírito do Senhor, e atuando na transformação do mundo pelo exemplo e pela prática efetiva da liberdade. Profunda transformação para uma comunidade historicamente viciada, que há muitos séculos está mais do lado do poder do que da liberdade, apesar do ensinamento claro e inequívoco de seu Fundador. Mas é muito difícil renunciar ao poder, não só para os indivíduos, como, sobretudo, para os grupos sociais. O apelo espiritual pela liberdade não abalou o apego ao poder de uma grande maioria de eclesiásticos. Dividiram-se então os responsáveis pela Igreja, insistindo uns em manter a autoridade da Igreja, servindo-se dos mecanismos de poder, visando outros utilizar seu poder para promover a libertação dos oprimidos. O choque entre a Igreja conservadora e a Igreja progressista tornou-se inevitável.

O quadro se agravou quando a própria autoridade romana, em harmonia, aliás, com uma política restauradora da cristandade universal, decidiu intervir, inclusive no episcopado, para neutralizar a ação dos teólogos e dos bispos cuja orientação se inclinava no sentido da transformação das estruturas sociais. O risco é de que neste combate à Igreja progressista, se "venha a extinguir o Espírito" e se queira acabar com a liberdade, reeditando a cristandade, com seus velhos vícios de autoritarismo.

O diálogo não tem sido fácil entre essas duas tendências. Dois pontos, precisam ser esclarecidos: A Igreja está dividida na maneira de encarar o homem e a sociedade e, conseqüentemente, na opção política que devem fazer os cristãos. As duas alas porém comungam na concepção da Igreja como uma força atuante no mundo com autoridade para orientar a ação política dos cristãos.

Ora, o que é contestável são esses pressupostos comuns às duas alas em choque: essa idéia, desautorizada pelo Concílio, de que a Igreja deva ser sempre uma força atuante na sociedade, através de sua autoridade. Mais do que uma força, a Igreja é um sacramento. Como comunidade dos cristãos é sinal da salvação escatológica antecipada na vida da comunidade que vive segundo o Espírito. Esta comunidade é fermento de transformação social. A ação dos cristãos no mundo, engajados em nome da caridade na luta pela justiça, no seio dos movimentos populares e dos partidos políticos, é uma ação temporal, de responsabilidade dos cristãos, como homens e como cidadãos. Cidadãos, porém, cujo empenho e ardor, provém da vida de oração e de amor, da fidelidade ao Espírito, alimentada na comunidade.

Nada impede que os responsáveis pela comunidade atuem também como homens e como cidadãos, embora, em virtude dos equívocos conjunturais em que nos encontramos, fosse talvez desejável, que os líderes da comunidade não se ocupassem diretamente de política, sobretudo se são clérigos, "postos à parte" para o serviço na comunidade.

O segundo ponto é a importância da liberdade, abraçada como projeto de vida de cada cristão, cultivada como a principal característica da comunidade cristã e como valor primordial da vida em sociedade.

É da maior importância compreendermos que face ao mundo de hoje o Evangelho traz uma mensagem de liberdade. Ser livre, agir como homem livre, é um projeto de vida que tem em Jesus e em Paulo seus grandes arautos. Durante séculos, a Igreja quis ensinar, dominar, conduzir, julgar os homens. Os clérigos trataram os cristãos como subordinados, perpetuando na Igreja o modo de pensar e de agir da nobreza, a despeito do mundo moderno, que reivindicava a liberdade. De repente a própria Igreja se põe a lutar pela liberdade em nome do Êxodo, da Pás-

coa, de sua própria tradição!

A grande novidade a ser explorada a fundo pela Teologia da Libertação não deve ser o engajamento dos cristãos na luta pelo socialismo, mas o empenho dos cristãos em trazer para a realidade concreta da vida humana a prática da liberdade. É urgente que a liberdade se torne a característica do cristão. O cristão é tanto mais cristão quanto mais livre se sente e age. A comunidade cristã, tanto mais Igreja quanto mais liberdade respira e inspira. Só assim contribuiremos para uma sociedade de homens livres e estaremos dando na História o testemunho da Salvação escatológica.

Será esta a imagem que temos de nós mesmos e que transmitimos aos homens que nos vêem viver e agir? Não parecemos antes um rebanho obediente e submisso, vivendo sob o jugo do dogmatismo e das proibições?

A grande descoberta pastoral da Teologia da Libertação, que nessa perspectiva se pode desenvolver em plenitude, é de que devemos aprender a liberdade na prática, agindo junto com todos os homens, participando do esforço e das lutas de libertação em que se empenham todos os homens dignos desse nome. Há uma prática da liberdade que se impõe como expressão histórica da libertação em cada época, nas circunstâncias precisas em que vivem as sociedades humanas. Não basta a Igreja defender teoricamente a liberdade, é preciso que viva reconhecidamente como uma comunidade de homens livres inserida no seu tempo e na sua cultura, e que seu modo de agir no mundo evoque mais a liberdade do que a autoridade.

5. A prática da liberdade

Tem-se afirmado com razão que a Teologia da Libertação é primordialmente uma prática, isto é, um procedimento ditado pelo Evangelho que privilegia a dignidade da pessoa humana e sua liberdade em todos os aspectos da vida: pessoal, familiar, profissional, econômica, social e política.

Guiada pelo Espírito Santo e refletindo em profundidade sobre a condição do homem na sociedade, durante este último século, a Igreja tomou consciência aguda da dignidade da pessoa humana, colocando o respeito ao homem na base de toda a sua Doutrina Social. Apoiados por outro lado na renovação conciliar, os cristãos compreendemos que o respeito do homem exige hoje que se lute pela sua libertação, para que tenha condições efetivas de agir como homem.

Mais do que o simples desenvolvimento abstrato de uma doutrina sobre a dignidade da pessoa humana, o que se espera dos cristãos em política, é uma prática da liberdade, imprimindo uma forma de agir demo-

crática nos movimentos, partidos e instituições e uma abordagem dos problemas com que nos debatemos que privilegie a liberdade. Transformar as relações sociais e as instituições à luz da liberdade é tarefa que ultrapassa de muito as possibilidades das pessoas individualmente. A Igreja precisa se tornar foco de liberdade, no mundo.

A primeira tarefa que se delineia com clareza é, por conseguinte, a necessidade de transformar a prática eclesial em prática da liberdade. A democracia começa em casa, mas não é fácil. Sabemos quanto estão longe a organização eclesiástica e os homens de Igreja de prezarem de fato a liberdade como prática social e como clima comunitário. Daí a grande dificuldade em pensar com clareza as relações da Igreja com o mundo, no terreno político. Em vão a Igreja conseguirá eliminar o cisco dos olhos do próximo se não vê a trave que pesa sobre seus próprios olhos! Para denunciar a dominação, a Igreja precisa começar por eliminá-la de sua própria organização e de sua vida.

Na medida em que praticarem de fato a democracia e a liberdade, os cristãos irão aos poucos descobrindo a enorme tarefa política a ser cumprida no mundo de hoje: promover o respeito efetivo e integral aos "direitos humanos". A evolução política do mundo moderno pode ser compreendida como uma progressiva tomada de consciência dos direitos humanos, com todas as suas implicações demográficas, econômicas, sociais, jurídicas etc. O homem concreto, no exercício pleno de sua cidadania, é, em última análise, o fim do Estado e a justificativa derradeira de todas as decisões e instituições políticas.

Ora, essa valorização do homem está no centro da Doutrina da Igreja sobre a dignidade da pessoa: à luz da fé é levada à sua expressão máxima, reforçando sobremaneira o empenho político dos cristãos em favor dos direitos humanos.

É o que explica a posição oficial assumida hoje pela Igreja em favor dos direitos humanos, levando-a a se empenhar a fundo em causas tais como a reforma agrária, a defesa dos índios, as lutas pela moradia, o respeito aos migrantes, aos marginalizados, aos prisioneiros, etc.

A listagem dessas "causas" nos levaria muito longe. O importante é sublinhar o enfoque através do qual estes objetivos deveriam ser perseguidos pelos cristãos. Partindo de uma idéia em si justa, mas fundamentada numa filosofia social hoje discutível, o episcopado ainda há pouco, na sua última assembléia geral, falou das "exigências éticas" a serem respeitadas pela ordem institucional e política. O vocabulário dá impressão de que os bispos se arrogam o direito de ditar as normas e os critérios a serem obedecidos no estabelecimento da ordem pública. Essa atitude é um resquício de crmandade: a Igreja, desempenhando o papel de juiz e mestre da verdade, critica a política com sua autoridade espiritual e diz

como deve ser ordenada a sociedade.

Colocando-nos na perspectiva da Igreja como promotora da liberdade, preferiríamos falar de "causas" a defender, em lugar de exigências. A Igreja toma o partido do homem e luta politicamente pela liberdade. O episcopado tem o direito e o dever de exigir dos cristãos o empenho efetivo, político, em favor do homem, e o faz com autoridade. Falando porém aos homens, independentemente de sua fé religiosa, deve falar como advogado do homem mais do que como o juiz que lhe impõe os critérios a serem observados na ordenação da sociedade.

Compreende-se assim o relacionamento dos cristãos e da Igreja com os movimentos e partidos políticos: o critério de nosso engajamento não é o tipo de sociedade proposto ou as medidas políticas sugeridas pelos diversos programas, mas em que medida movimentos e partidos respeitam a primazia do homem, na ordenação da sociedade. Admite-se, dentro dessa perspectiva, uma pluralidade de caminhos, todos eles abertos aos cristãos que preferivelmente não se deveriam concentrar num único partido, dando impressão de vincular a Igreja a uma determinada posição política, o que não é minimamente desejável do ponto de vista pastoral.

6. Os horizontes da liberdade

A sociedade brasileira está vivendo um momento particularmente importante no seu processo de democratização. Via de regra interpretam-se negativamente as dificuldades que atravessamos. Mas se fala ao mesmo tempo de modernização do Estado, mudanças estruturais, reformas e revolução. O fio condutor de todas essas transformações, que se vão tornando inevitáveis, é a democratização das relações sociais ou das formas de exercício do poder.

Estamos fazendo hoje, no Brasil, a nossa revolução, como a França fez a sua há duzentos anos, marcando época na História universal. Os valores de liberdade, igualdade e fraternidade assumem, atualmente, na sociedade e no Estado brasileiros um perfil concreto, que nada tem a ver com a pregação retórico-liberal, enquanto trazem em seu bojo a ascensão ao convívio social e à participação nos benefícios sociais das camadas populares.

Essa modernização da sociedade brasileira é fruto de uma série complexa de fatores, que lhe conferem o determinismo dos acontecimentos inevitáveis. É um fato histórico, uma libertação em processo, cujo horizonte salvador compete à Igreja perceber, manifestar e, de certo modo, antecipar.

A modernização do Estado e da sociedade brasileira, apesar de muitos obstáculos e contramarchas, se está fazendo através da generali-

zação da prática democrática. Esse movimento tem um sentido salvador-escatológico inequívoco e preciso, que temos por missão interpretar.

Este é, exatamente, o problema teológico da relação entre fé e política no Brasil de hoje. Voltando às perspectivas do discurso escatológico de Mateus, os políticos empenhados nessa luta, dedicados à instauração efetiva entre nós da prática democrática e consagrados à modernização do Estado e da sociedade, independentemente dos programas dos partidos a que se filiam, estão servindo ao homem e, por conseguinte, mesmo sem o saber, servindo a Jesus Cristo. Assim entendida a política é caminho da salvação, via de acesso a Jesus Cristo.

A Igreja está no mundo. Os cristãos precisam se empenhar politicamente na modernização da sociedade. Mas este não é o objetivo da Igreja. Não é através da comunidade que os cristãos devem perseguí-lo. O objetivo da Igreja é estabelecer uma ponte entre a ação no mundo, a ação política, e a significação final da vida humana, que é a comunhão com Deus, a escatologia. Em decorrência da salvação presente no mundo, através da ação política orientada pela prática da liberdade, a Igreja proclama o horizonte escatológico em que ela se situa, mesmo para aqueles que não conhecem Jesus Cristo.

A fé lê o alcance escatológico da política e a Igreja é chamada a proclamá-lo.

A Igreja estará, pois, tanto melhor preparada para exercer o papel que lhe compete em política, quanto maior for o descortínio de sua fé. O que se pede dos cristãos é a capacidade de discernir a salvação no seio da ambigüidade deste mundo, reconhecendo os sinais da presença da escatologia, os pródromos da comunhão com Deus.

Talvez a grande carência na Igreja no Brasil de hoje seja a falta de aprofundamento da fé. A preocupação política ora se traduz num ativismo imediatista, como se o compromisso cristão nos empurrasse indiscriminadamente para a revolução, ora num distanciamento um tanto farisaico, que leva a não tomar claramente partido, não vendo a salvação no mundo. A Igreja então só se interessa em manter relações com o poder, desde que sejam respeitados os seus direitos e os princípios morais que rigidamente defende.

Conclusão

A sociedade brasileira e a Igreja viveram um período de grandes transformações nesses últimos vinte e cinco anos. Por um lado, no início dos anos sessenta, um surto de esperança popular precedeu o golpe militar e longos anos de governo autoritário, até a lenta transição democrática de que estamos vivendo os últimos episódios, talvez. Mas em

todo o tempo esteve presente um movimento de modernização do país que, aos trancos e barrancos, nos vai levando, como todos esperamos, para uma sociedade mais justa e mais humana.

Na Igreja, o Concílio inaugurou também um período de transformações, o surgimento de inúmeros movimentos e tendências desencontrados, que ainda hoje se debatem até mesmo com uma certa intensidade, alimentados pela conjuntura internacional da Igreja católica e mesmo das Igrejas cristãs em geral.

Analisando porém esse período, com um certo recuo percebemos que brotou uma fonte que traz a esperança de grandes renovações: a Igreja dos pobres. A partir da Igreja dos pobres, revimos nosso posicionamento em relação ao mundo e à política, em particular, abraçamos a causa da libertação e encontramos um caminho para estar presentes ao lado dos homens que fazem a História, antecipando nosso encontro na escatologia.

A torrente nascida dessa fonte atravessa porém um período particularmente encachoeirado, encontrando toda sorte de obstáculos, que às vezes ameaçam seriamente desviá-la de seu curso: ora o autoritarismo reinante dos clérigos, que teimam em se apegar ao poder, ora o imediatismo político dos líderes, que sofrem da miopia de querer impor a liberdade e a democracia!

Na medida contudo, em que a Igreja for fiel ao Espírito, evitará todos esses escolhos, fortificando-se espiritualmente como comunidade do louvor e do amor e assumindo plenamente no mundo seu papel de advogada do homem, empenhada até o fundo na defesa da causa da liberdade.

(Concluído em abril de 1989)

Francisco Catão é doutor em Teologia ("Docteur d'État") pela Universidade de Strasbourg (França) com uma tese sobre a redenção, *Salut et Rédemption* (Aubier, 1965). De 1955 a 1967 lecionou Teologia Sistemática na Escola Dominicana de Teologia, em São Paulo. Durante seu exílio na Europa trabalhou em projetos industriais para países do Terceiro Mundo, África e América Latina. Ultimamente orientou um curso de Teologia e Economia na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Assessorou teologicamente diversas atividades pastorais da antiga região episcopal de Campo Limpo, na Grande São Paulo. Atualmente é encarregado do planejamento industrial do grupo Gurgel, sendo diretor da Gurgel Tec.

Endereço: Rua Barão de Melgaço, 106/64 - 05684 São Paulo-SP